



Abrahão, G.R., M.L. Asmus, & W. Ferreira. 2019. Dinâmica da Governança em Unidades de Conservação: Estudo de Caso da Estação Ecológica de Carijós, Florianópolis, Brasil. *Revista Costas*, 1(1): 59-86. doi: 10.26359/costas.0104

Dinâmica da Governança em Unidades de Conservação: Estudo de Caso da Estação Ecológica de Carijós, Florianópolis, Brasil

G. R. Abrahão^{1*}, M.L. Asmus² e W. Ferreira³
*e-mail: gisele.rosa.abrahao@gmail.com

¹ Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis, SC.

² Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS
e-mail: docasmus@furg.br

³ Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS
e-mail: thalassoching@yahoo.com.br

Keywords: Governance, participatory management, environmental education, protected areas, ESEC.

Abstract

The subject of this article is the Governance Dynamics of Conservation Units (CUs). This subject is analyzed with reference to a case study of the Carijós Ecological Station (ESEC Carijós), which is located in South coast of Brazil, on the Island of Santa Catarina - Florianópolis, in an area of urban growth. The great majority of PAs in Brazil have governance problems. In principal, these problems could be related to lack of good management; of an adequate infrastructure at the unit; and of effective environmental education of the local community, and participatory management that involves it. The case study, using the timeline since its creation 1987 by 2016, surveyed, endogenous elements with influence and exogenous elements that can interfere in the process of governance of these

Submitted: September 2018

Reviewed: October 2018

Accepted: February 2019

Associate Editor: Marinez Scherer

Units. The fruit of this study was two sets of results. The first set, comprising a Basic Analytical Model, provides a framework for organization of the data to be collected and how they change and adapt – or not – over time. This model showed that throughout the history of ESEC Carijós, its infrastructure has never exceeded the level of “regular”; environmental education has varied from “negative”, when the unit was created, to “favorable” during two different periods, and participatory management achieved a “regular” rating in just one period and was “nonexistent” in all others. There were elements in favor of the managers analyzed, who administered the unit well, in the context of the conditions they were faced with. The second set of results, comprising a Functional Model, is a representation that combines temporal elements (successive facts related to formation/construction) with processes of influence/control (both endogenous and exogenous). This model showed that no administration is exclusively the result of the intentions of the local manager and the surrounding community, since the results are dependent on external factors which, very often, are beyond their control. The exogenous factors are determinant in a CU, very often making the local management needed in each location very difficult to achieve. This research project has clearly shown that analysis of a system for good governance is much more complex than initially considered and that endogenous and exogenous factors influence the types of results achieved in very different ways. Finally, it also indicates the need for a dynamic/functional (systemic) perspective to comprehend the structural and controlling elements of governance in PAs.

Resumo

O tema deste trabalho é a dinâmica da Governança em Unidades de Conservação (UC), tendo como estudo de caso a Estação Ecológica de Carijós (ESEC Carijós), localizada no litoral sul do Brasil, na Ilha de Santa Catarina – Florianópolis, em uma área de crescimento urbano. No Brasil, as UCs, em sua grande maioria, apresentam problemas de governança. Esses problemas, a princípio, podem estar relacionados à falta de uma boa gestão, de uma estrutura adequada da Unidade e de uma efetiva educação ambiental e gestão participativa da comunidade local. No estudo de caso analisado, utilizando a linha do tempo de seu histórico, desde sua criação em 1987 até o ano de 2016, foram detalhados os aspectos endógenos de influência, além daqueles aspectos exógenos, que podem interferir no processo de governança dessas Unidades. A pesquisa apresentou dois conjuntos de resultados: o primeiro, denominado Modelo de Análise Básico, serviu de base para a organização dos dados e como eles se moldam e se modificam – ou não – ao longo do tempo. Este demonstrou que a estrutura em todo o histórico da ESEC Carijós não avançou do patamar de “regular”; a educação ambiental variou de “negativa” a “favorável” em dois períodos, sendo a gestão participativa regular em somente um período e inexistente nos demais. Ponto favorável para as gestões analisadas, realizando uma boa gestão, dentro da condição apresentada. O segundo conjunto de resultados, chamado de Modelo Funcional, é uma representação que combina aspectos temporais (fatos sucessivos de formação/construção) com processos e influência/controla (endógenos e exógenos). Este demonstrou que uma gestão não se define somente devido à vontade de um gestor local e sua comunidade de entorno, dependendo de fatores externos e, muitas vezes, alheios a sua vontade. Os fatores exógenos são preponderantes em uma UC, dificultando, muitas vezes, o processo de gestão local, necessário de cada localidade. Nesta pesquisa, ficou evidente que a análise de um sistema para a boa governança é bem mais complexa do que inicialmente presumido, e que fatores endógenos e exógenos influenciam, de forma consideravelmente diferenciada, o tipo de resultado alcançado. Finalmente, fica indicada como necessária uma visão dinâmica/funcional (sistêmica) para a compreensão dos aspectos estruturantes e de controle da governança em UC.

Palavras Chave: governança, gestão participativa, educação ambiental, unidades de conservação, ESEC Carijós.

1. Introdução

O movimento moderno para a delimitação de áreas protegidas originou-se no século XIX, com motivadores diversos e específicos para cada região do planeta, aumentando seu número de forma exponencial durante o século XX (Dudley *et al.*, 2005; IUCN, 2010). Inicialmente criadas para conservação de áreas naturais, fundamentais para proteção da biodiversidade, a partir do século XXI as áreas protegidas ganham outro status e abordagens importantes, como o uso para o bem-estar humano, suporte para proteger espécies e diversidade, manutenção de serviços ecossistêmicos, apoio aos meios de subsistência para as populações locais, além do uso do espaço para atividades recreativas, espirituais e de bem-estar (Barragán, 2014; Dick *et al.*, 2012; Dudley *et al.*, 2005; IUCN, 2010; WWF, 2014).

Nas áreas costeiras, a realidade não é diferente. Muitas áreas importantes para a biodiversidade estão inseridas Áreas Marinhas Protegidas (AMP), sendo essa uma estratégia fundamental para a sua proteção. Em zonas costeiras vivem cerca de 40% da população mundial e é onde ocorrem 38% do valor dos serviços ecossistêmicos de todos os ambientes do mundo (Barragán, 2014). No Brasil, um dos países com maior biodiversidade no planeta, essas áreas também vêm sendo uma estratégia para conservação da natureza, sendo denominadas Unidades de Conservação (UC). As UCs atingem cerca de 20% do território brasileiro, em diferentes categorias e modos de gestão (Arruda, 1999, IBAMA, 2001; WWF, 2014).

No entanto, há alguns desafios quanto ao papel das UCs como ferramentas de conservação no Brasil, assim como em outras áreas protegidas no mundo. Merecem destaque a falta de participação efetiva da população de entorno na gestão destas áreas e a ausência de uma boa governança, dificultando a implementação, de fato, dessas unidades – realidade que ainda persiste nos dias atuais (Tozzo e Marchi, 2014).

Para Pomeroy *et al.* (2004), as Áreas Marinhas Protegidas (AMP) são instrumentos de governança, que limitam, proíbem ou controlam os padrões de utilização das atividades humanas, utilizando leis, direitos, normas e estratégias sociais compartilhadas. A governança de recursos naturais inclui maneiras formais e informais de posse do recurso; uso correto e as leis que suportem esse uso; regra e regulamentação que ditam quais recursos podem ou não ser utilizados (Pomeroy *et al.*, 2004). A governança dos recursos naturais é definida pelas organizações formais e pela lei, organizações tradicionais e/ou práticas aceitas.

O tema governança é amplo e complexo, significando mais do que o governo propriamente dito. Refere-se às leis e tradições formais e informais de uma sociedade, e – em uma definição operacional –, seria a “direção do comportamento humano através de combinações de sociedade civil, estado e incentivos de mercado para alcançar os objetivos estratégicos” (Jones, 2002). Quanto a Governança em áreas protegidas alguns conceitos a definem. Pode ser a “situação ideal de uma boa administração” (Nginguiri, 2003, p. 16) ou ainda as interações entre estruturas, processos e tradições que determinam como o poder é exercido, como as decisões são tomadas sobre questões de interesse público e como cidadãos ou outras partes interessadas têm uma palavra a dizer, ou sua opinião sobre o assunto abordado (Borrini-Feyerabend, 2003; Graham, 2003). Também se afirma que “a boa governança baseia-se em uma mistura sutil entre democracia eletiva e democracia participativa” (Puz *et al.*, 2003).

Uma análise da Governança em AMPs realizado pela *United Nations Environment Programme* (UNEP) sugere que a efetividade do sistema de governança depende da diversidade de instituições (McCay e Jones, 2011). Um exemplo é a participação da comunidade local, quando é incentivada a mostrar seus conhecimentos, apoiada pelo governo e outras instituições en-

volvidas no processo de gestão (Mccay e Jones, 2011). Esse estudo da UNEP identificou cinco categorias de incentivo ao melhoramento da governança em áreas protegidas: participação, legislação, interpretação, conhecimento e economia; sendo que a participação de uma ampla diversidade de atores para colaborar com o planejamento é encorajada, garantindo uma cooperação mais ampla (Mccay e Jones, 2011). Na mesma linha Himes (2007), discute a importância do papel das partes interessadas para atingir o sucesso na proteção dessas áreas.

Com este olhar sobre a governança, pode-se afirmar que problemas com as UCs no Brasil podem estar relacionados à ausência de alguns fatores como: uma gestão adequada que garanta a manutenção de serviços ecossistêmicos oferecidos e que contenha: (1) instrumentos de suporte à gestão e sua base legal e política (incluindo zona de amortecimento, ordenamento territorial, plano de manejo realizado pelo órgão competente – com participação efetiva dos atores interessados no processo, conselho gestor, entre outros); (2) uma estrutura adequada (física e humana), para o bom funcionamento da UC, com investimento e sustentabilidade efetiva, necessários para uma boa gestão (Jones *et al.*, 2013; Mccay e Jones, 2011; Pomeroy *et al.*, 2004); e (3) uma efetiva relação com a comunidade, capaz de envolver, fortalecer e sensibilizar estes sujeitos, trocando experiências, trazendo informações pertinentes, dando um sentido de pertencimento aos envolvidos, valorizando sua participação nos processos de tomada de decisões (Barragán, 2014; Dick *et al.*, 2012, Mccay e Jones, 2011). Nesse sentido, uma boa governança pode ser interpretada como uma relação equilibrada entre Gestão, Estrutura e Relação com a Comunidade, com enfoque na preservação dos seus serviços ecossistêmicos.

Um exemplo representativo da situação considerada pode ser observado na Estação Ecológica de Carijós (ESEC Carijós), uma UC Federal que tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas (Brasil, 1987). Sua área compreende duas glebas (Ratones e Saco Grande), sendo o bioma local de domínio da Mata Atlântica, predominando o ecossistema manguezal com pequenas áreas de restinga, em bom estado de preservação, incluindo três sítios arqueológicos, abrangendo uma área de 720 ha, (IBAMA, 2001). Atualmente, restam apenas 38% da área original do manguezal de Ratones e 68% do manguezal do Saco Grande (IBAMA, 2001; Junior *et al.*, 2015) (Figura 1) sendo que toda esta área se encontra em local de expressivo valor imobiliário e expansão urbana na Ilha de Santa Catarina.

Outro fator determinante para a importância deste estudo é o Conselho Consultivo da ESEC Carijós (CONSECA), que desde sua criação, em 2001, até o ano de 2018, quase sempre apresentou uma baixa representatividade da comunidade em geral na gestão da Unidade (IBAMA, 2001; ICMBio/MMA, 2010). Essa falta de participação da comunidade dificulta que a mesma possa contribuir efetivamente nas decisões para um uso sustentável dessa área.

Assume-se, então, a ESEC Carijós como um caso representativo em relação à situação de outras UCs do Brasil, por apresentar indícios de problemas de governança. Além de ser representativo, apresenta características significativas a serem consideradas, por estar situada em uma região costeira urbana, que sofre pressão de avanço e degradação de suas áreas (IBAMA, 2001; Junior *et al.*, 2015). Sendo assim, este trabalho tem como objetivo a realização de uma análise da Governança Socioambiental de Unidades de Conservação, com base em um Estudo de Caso, indicando os elementos e processos que a limitam, assim como aqueles que possam melhorar seu nível de eficiência.

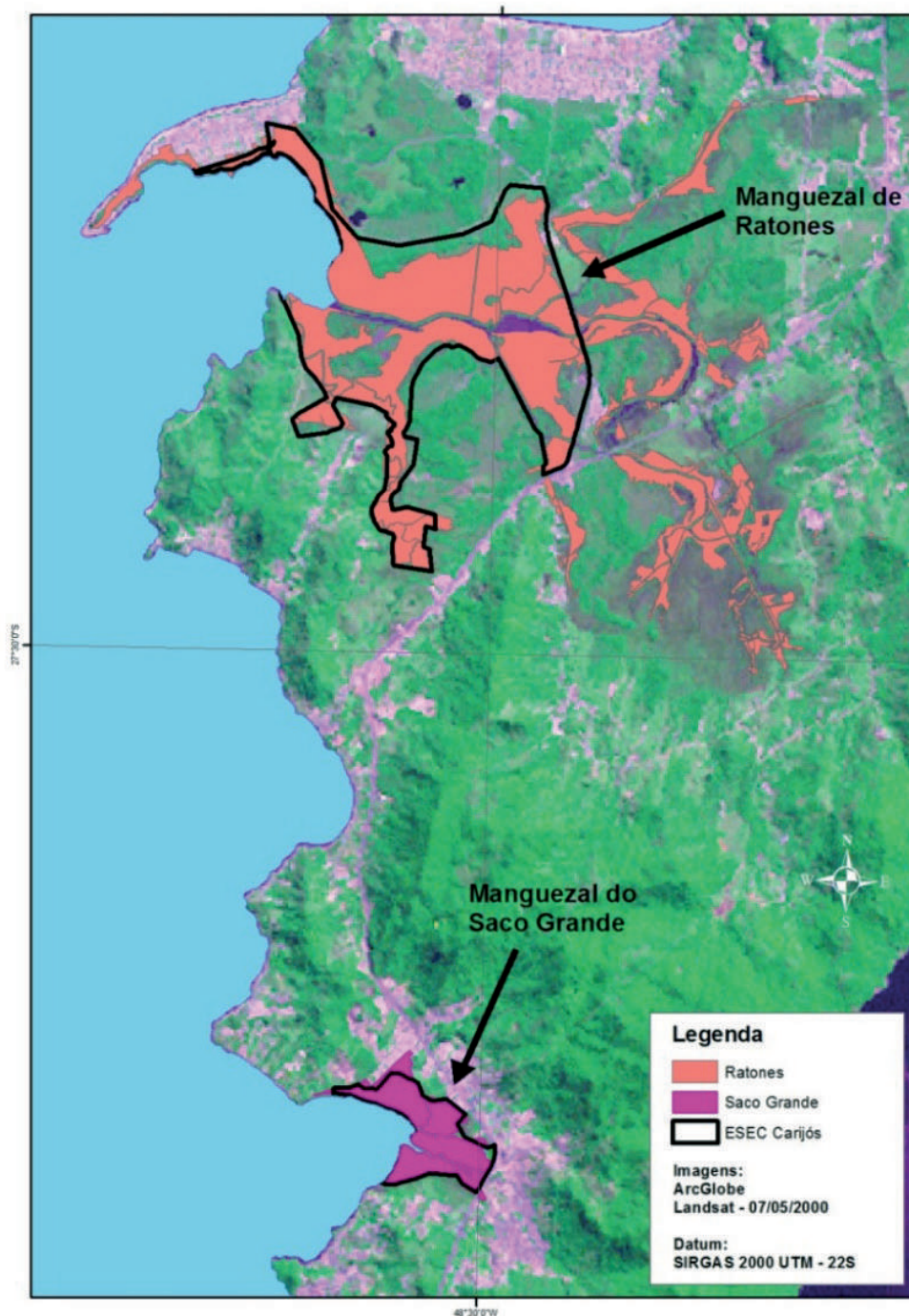


Figura 1. Mapa de localização da Estação Ecológica de Carijós. Fonte: Baseado em ICMBio/MMA (2010).

2. Materiais e métodos

Para a análise proposta foram realizados os seguintes passos:

Definição de um Modelo de Análise Básico – Estrutura de partida análise da governança em Unidades de Conservação

A pesquisa apresentou, inicialmente, um modelo de avaliação propositiva da governança em UC, considerando como aspectos gerais a Estrutura (E), Gestão (G) e Relação com a Comunidade (RC) – incluindo Educação Ambiental (EA) e Gestão Participativa (GP). Esse modelo, identificado como Modelo de Análise Básico (MAB) permitiu uma aquisição e sistematização dos resultados e da evolução que o mesmo apresenta ao longo da linha do tempo do histórico da Unidade, desde sua criação – em 1987 – até o ano de 2016, sob o ponto de vista de sua governança socioambiental. Nesse intervalo de tempo, foram definidos quatro períodos (Figura 2), sendo denominados:

- Pré-período (P0): 1987 a 1998 - criação da ESEC, importante sob o ponto de vista histórico e de contextualização da UC.

- 1o período (P1): 1998 a 2002 - primeira Gestão efetiva da Unidade, sendo designada para o cargo a Gestora 1.
- 2o período (P2): 2002 a 2010 - contou com a gestão do Gestor 2, entre outros gestores interinos.
- 3o período (P3): 2011 a 2016 - marcado pelo período do Gestor 3.

O MAB foi inspirado nos conceitos do modelo desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC) para as escolas do Brasil (Borges 2011). No caso das UCs, o modelo proposto foi adaptado a sua realidade, inserindo no seu pilar aspectos de: Gestão (G), Estrutura (E) e Relação com Comunidade (RC). Seguem seus significados, segundo (Borges, 2011), adaptados para UC, e uma figura esquemática do modelo proposto (Figura 3).

- Estrutura (E): a estrutura se refere à estrutura institucional, incluindo seus espaços físicos e equipe técnica, o cuidado com estes espaços, como investimento e com a sustentabilidade necessária.

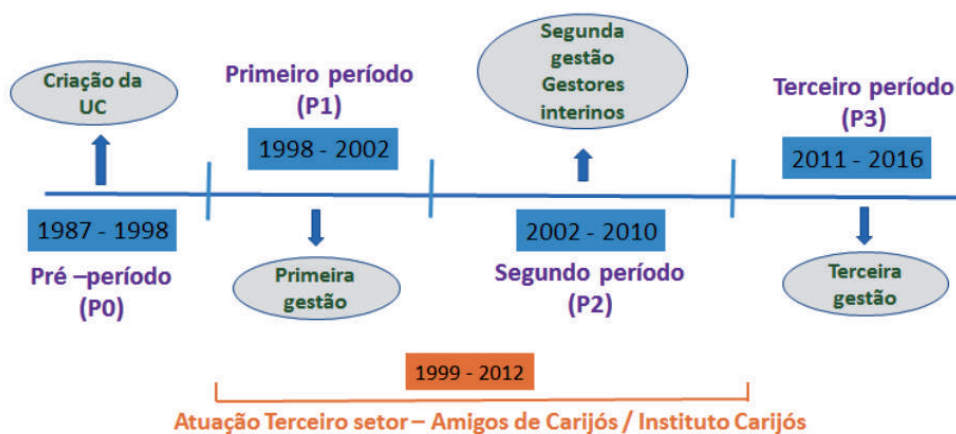


Figura 2. Esquema da avaliação Temporal de análise da ESEC Carijós: 1987 a 2016.

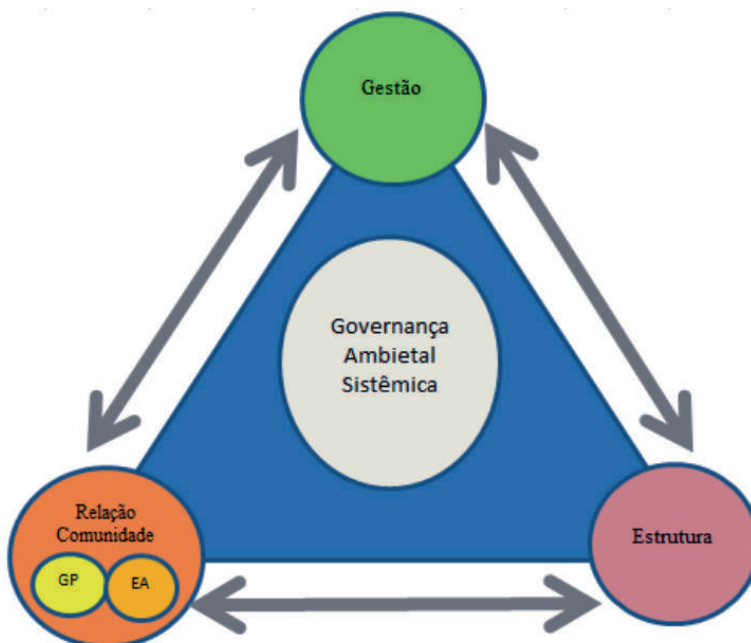


Figura 3. Modelo de Análise Básico – estrutura de partida para Governança Ambiental Sistêmica de uma UC, compreendendo G, E e RC, inseridos nesta última GP e EA.

G: Gestão; EA: Educação Ambiental; E: Estrutura; GP: Gestão participativa; RC: Relação com a comunidade; G: Management; EA: Environmental Education; E: Infrastructure; GP: Participatory Management; RC: Community Relations,








- **Gestão (G):** baseia-se nos instrumentos de suporte e gestão e sua base legal e política. Ela deve ser participativa, usar como ferramentas a legislação vigente, a educação ambiental e suas estruturas locais (naturais e modificadas/inseridas pelo ser humano).
- **Relação com Comunidade (RC):** base estrutural importante para gestão de uma UC. Deve ser a soma do conhecimento popular associado ao conhecimento técnico e científico. Aqui podem estar inseridos projetos e programas de Educação Ambiental (EA) e de Gestão Participativa (GP), entre outros. O conhecimento deve ser estruturado, de forma a atender aos interesses da UC e seus atores envolvidos, com enfoque para a efetivação de uma gestão integrada e participativa, capaz de promover a proteção de seus serviços ambientais.

A fim de representar o resultado de maneira mais lógica e objetiva, foi definida uma classificação numérica e simbólica (Tabela 1) para avaliar os resultados do MAB para a UC analisada por período, e em cada vértice do seu respectivo período analisado.

Identificar e descrever, ao longo do tempo, os Componentes Básicos de governança na ESEC Carijós – tomada como Estudo de Caso – considerando o Modelo de Análise Básico, definido nesta pesquisa

Nesta etapa, apresentam-se os processos e os resultados da coleta dos dados primários (entrevistas), e secundários (pesquisa bibliográfica), identificando como se estruturaram os Componentes Básicos de Governança na ESEC Carijós.

Tabela 1. Classificação numérica e sua descrição para avaliar os resultados do MAB.

| | | |
|---|--------------|---|
|  | Desfavorável | Acriação da UC não trouxe nenhum tipo de benefício, além de prejuízos socioambientais |
|  | Inadequado | Realização de ações que prejudicaram a UC e seu entorno |
|  | Negativo | Investimento na UC sem uso |
|  | Inexistente | Não ocorreu nenhuma ação neste quesito |
|  | Regular | Ocorreu de forma inicial, primeiros passos no processo |
|  | Favorável | Teve um bom avanço, com resultados significativos, mas não alcançou o ideal |
|  | Efetivo | Atinguiu seu ideal com o olhar na boa Governança |

As entrevistas¹ foram realizadas no ano de 2016, utilizando o modelo de exploratórias individual, qualitativas, com representantes de atores-chave da ESEC Carijós (19 entrevistados), tendo como ponto focal informantes qualificados, com relação direta e indireta com a área. As entrevistas levaram em consideração o conhecimento e a relação do entrevistado com a área de estudo, sendo de fundamental importância para o

complemento da pesquisa científica, trazendo o olhar das pessoas em relação a um fato ou situação dentro do contexto apresentado (Alberti 2010; Minayo 1999).

Os entrevistados (com idade entre 30 a 59 anos) foram inseridos em dois grupos distintos (Lista dos entrevistados - Apêndice 1) - Grupo 1: Sociedade civil – informantes-chave, cidadãos da comunidade ou representantes das associações de moradores e pescadores localizados na área de influência da ESEC Carijós; Representantes do terceiro setor (ONGs e/ou OSCIPs) com atuação na ESEC Carijós e sua área de influência, e que têm ou tiveram alguma relação com a ESEC Carijós no período pesquisado (1987 a 2016). Esse grupo também foi classificado pela sua origem (nascido e residente - ou não – na área de influência da ESEC Carijós). Grupo 2: Integrantes do ICMBio (ESEC Carijós), que atuam ou já atuaram em cargos de chefia e/ou conhecem o histórico da Unidade (incluindo os três principais gestores da UC no período analisado); e órgãos públicos ligados à ESEC Carijós.

Foi elaborado um roteiro de perguntas norteadoras, indicadas como entrevista semiestruturada², sendo diferenciado para os funcionários do ICMBio e órgãos ambientais, com foco nos temas de relevância para a pesquisa incluindo: estrutura e gestão da ESEC Carijós, projetos e programas de educação ambiental, relação da UC com a comunidade, governança e proteção dos ambientes naturais e seus serviços ambientais.

¹Autorização para a entrevista realizada junto à Plataforma Brasil dentro do projeto “Serviços Ecológicos e Governança na Bacia do Rio Ratonos, Florianópolis/SC”, sob a responsabilidade da professora Natalia Hanazaki - Departamento de Ecologia e Zoologia (ECZ) e do professor Nivaldo Peroni - Programa de Pós-Graduação em Ecologia do Centro de Ciências Biológicas (PPGECO/CCB), UFSC (Resolução CNS 466/12, 01/07/2016; Plataforma Brasil. Ministério da Saúde. Comissão Nacional de ética em pesquisa – CONEP, 01.07.2016; Plataforma Brasil, UFSC, Parecer no 1.691.956).

²As entrevistas semiestruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, nas quais o pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas seguindo a conversa de maneira informal. A principal vantagem das entrevistas semiestruturadas é que quase sempre produzem uma melhor amostra da população de interesse, além da possibilidade de estender a conversa para uma cobertura mais aprofundada sobre determinado assunto (Boni; Quaresma, 2005).

Definição de um Modelo Funcional com os principais aspectos de influência e controle de uma Governança Ambiental Sistêmica para a ESEC Carijós

Com o aprofundamento da análise das entrevistas, juntamente com referências e documentos comprobatórios analisados, percebeu-se que existem fatores de influência e controle que determinam um caminho para a governança da ESEC Carijós, não expressos no MAB. Estes fatores foram identificados e adicionados ao MAB, surgindo um novo modelo denominado Modelo Funcional. Para representar figurativamente os resultados deste Modelo Funcional foi utilizada a mes-

ma base estrutural do MAB inserindo novos elementos agora identificados: aspectos de influência e controle e seu respectivo nível de influência (alto, médio e baixo; positivos e/ou negativos; e endógenos e/ou exógenos). O nível do grau de influência foi determinado por diversos fatores (apresentados na descrição a seguir e de forma resumido no Tabela 8), identificados pelo tamanho e cor de cada flecha indicada nos Modelo Funcional, sendo que os aspectos endógenos são representados por flechas dentro do triângulo, apontando para os aspectos identificados; e os exógenos fora do triângulo (Tabela 2).

3. Resultados e discussões

A pesquisa apresentou dois conjuntos de resultados







A. Primeiro Conjunto De Resultados - Modelo de Análise Básico (MAB): estrutura de partida – base de dados para governança em Unidades de Conservação.

Por meio desse modelo, obtiveram-se os resultados básicos, importantes como ponto de partida em cada período de estudo na ESEC Carijós. Nele, são descritos o modelo de aquisição e sistematização dos resultados e a evolução que o modelo apresenta ao longo do histórico da Unidade.

B. Segundo Conjunto De Resultados - Modelo Funcional: aspectos de influência e controle de uma Governança Socioambiental Sistêmica.

Esse resultado surge ao longo da avaliação dos resultados obtidos por meio do Modelo de Análise Básico, quando fica claro que há uma possível forma organizada e lógica de representar a governança, e que vai além do modelo inicial, evoluindo para uma visão sistêmica e complexo de uma organização estrutural para outra, de caráter funcional. Além disso, os resultados combi-

Tabela 2. Figuras representativas do Modelo Funcional, demonstrando o nível do grau de influência: alto, médio e baixo, aspectos endógenos e/ou exógeno, positivos e/ou negativos.

| Aspectos/Grau de influência | Endógenos (EN) e Exógenos (EX) | | Número de aspectos identificados |
|-----------------------------|---|--|----------------------------------|
| | Positivos | Negativos | |
| Alto |  |  | Major de 4 |
| Médio |  |  | 03 a 04 |
| Baixo |  |  | 01 a 02 |
| Ausente/ não identificado | Sem símbolo | | Zero |

nam aspectos temporais (fatos sucessivos de formação/construção) com processos de influência/controlé (endógenos e exógenos).

Modelo de Análise Básico (MAB)

Modelo de Análise Básico: estrutura de partida – base de dados para governança em Unidades de Conservação

3.1.1 Pré-período (P0) → 1987 a 1998

ESEC Carijós foi criada no ano de 1987, para proteger remanescentes de manguezais na Ilha de Santa Catarina, evidenciando os objetivos de conservação de seus ambientes naturais por meio de criação de áreas protegidas (Brasil, 2002; IBAMA, 2001).

O porquê da criação da UC é compreendido com clareza entre a maioria dos entrevistados, quanto à relevância da área sob o ponto de vista da proteção dos seus serviços ambientais, com foco nos manguezais. No entanto, alguns pontos devem ser destacados: Os relatos e documentos avaliados demonstram uma falta de planejamento para o uso de recursos públicos, sendo que, de maneira geral, apresentaram um resultado negativo para a UC analisada; a ausência do envolvimento das comunidades locais, desde a proposta de criação da Unidade associada à falta de uma gestão local, trouxe prejuízos para todo o processo, deixando um legado negativo no histórico da ESEC Carijós, prejudicando, inclusive o processo de proteção efetiva desta área. Ou seja, existe a percepção de que, além de não ter trazido benefícios para a região, a criação da UC foi inadequada, prejudicando a própria área protegida e sua comunidade de entorno.

Primeiro Período (P1) → 1998 a 2002

A Gestora 1 assumiu a ESEC Carijós em 1998, tendo como principais desafios: efetivar a elaboração do

Plano de Manejo e inserir a comunidade do entorno no processo de gestão. Nesse período, a estrutura apresentada se mostrou aquém do desejado, ocorrendo avanços no que tange aos primeiros passos no processo de estruturação da UC, porém com necessidade de melhoras. Houve aspecto positivo e relevante quanto à busca de apoio e suporte de outras fontes de recurso por meio do terceiro setor e entidades privadas para realização das ações junto à UC e seu entorno.

Destaque para um grupo de estudantes e profissionais voluntários, que passam a atuar junto à Unidade na elaboração do Plano de Manejo e em ações de educação ambiental e gestão participativa (Gestora 1, Entrevistada 7; IBAMA, 2001), fato inédito e ousado para a época, destacando-se ainda nos dias atuais como um fator determinante para efetivação da primeira gestão. Desse grupo, nasceu, em 1999, a Associação Amigos Pró-Conservação da Estação Ecológica de Carijós (Amigos de Carijós)³ (Entrevistadas 1, 4 e 5; Florianópolis, 1999; ICMBio, 2010; IBAMA, 2001).

Identifica-se no P1 um salto relevante referente à governança em geral, partindo de uma situação de estrutura precária, sem gestão local, para um olhar atento às necessidades da UC e seu entorno, envolvendo os atores sociais locais. Em 2001, é criado o Conselho Consultivo da ESEC Carijós (CONSECA), estrutura que contribui com a elaboração do Plano de Manejo de forma participativa.

Segundo Período (P2) → 2002 a 2010

Entre os anos de 2002 e 2004, a ESEC Carijós passou por diversas gestões, sem destaque nas entrevistas. No ano de 2004, o Gestor 2 é designado, por um processo de seleção interna, chefe efetivo da UC. O Instituto Carijós (IC) segue dando continuidade às ações de Educação Ambiental no início do P2, com apoio da

³Amigos de Carijós foi criada em 1999 (P1), sendo que sofreu alteração estatutária em 2005 (P2), passando a ser chamada de Instituto Carijós Pró-Conservação da Natureza (IC), atuando até 2012 junto à UC (Entrevistados 4, 6 e 7, 2016, ICMBio, 2010; IBAMA, 2001), conforme será visto ao longo da apresentação dos resultados.

gestão da ESEC Carijós, viabilizando recursos e projetos.

Esse período é bem-visto pela comunidade, mas há uma percepção, por parte dos entrevistados (Entrevistados 1, 2, 3, 4, 7, 8, 9, 16 e 17) da falta de uma gestão participativa, quando comparada com o P1. O destaque deste período (P2) se deu pela atuação junto aos pescadores, levando em conta a pesca tradicional local, além da fiscalização e uma preocupação quanto a definição da zona de amortecimento da UC (Entrevistados 2, 3, 4, 6, 7, 8 e 17). O tema “Conselho Gestor” é comentado por todos os entrevistados, principalmente sob o aspecto negativo da sua falta de funcionalidade e de sua importância como ferramenta de Governança. No entanto o CONSECA ganhou destaque no final do P2, quando a comunidade se uniu para discutir o impacto socioambiental de um empreendimento na região, influenciando na não execução do mesmo. O Gestor 2 foi exonerado do seu cargo de chefia logo após a inviabilização deste empreendimento, sem justificativa, conotando uma motivação política e causando indignação tanto dos servidores públicos federais, quanto da sociedade civil organizada (Entrevistados 2, 3, 7, 17, 18; Ascema 2010; Movimento em Defesa das Baías de Florianópolis 2010; Pereira 2010; Floripa Amanhã 2010; Unidades de Conservação no Brasil 2010).

O IC (terceiro setor) também deixa de atuar como parceiro da ESEC Carijós na fase final do P2, perdendo apoio e estrutura física. Esta foi uma perda relevante para a gestão da UC, principalmente na captação de recursos e ações junto à comunidade. O IBAMA também sofre uma relevante alteração em 2007, quando o órgão governamental se divide, sendo criado o ICM-BIO (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), ficando este Instituto o responsável pelas UCs federais do país.

Terceiro Período (P3) → 2011 a 2016

O P3 da ESEC Carijós teve início com a chefia do Gestor 3, período que se priorizou a organização estrutural da Unidade e a fiscalização na UC e seu entorno. Esse período reforçou a realidade das UCs, que se mostra aquém do ideal para uma gestão local efetiva e de qualidade, reforçando a realidade até então já identificada na ESEC Carijós com a falta de estrutura compatível com as necessidades da mesma, sendo sempre necessária a busca de apoio externo com outras entidades, com destaque para acordos com empresas locais (Entrevistados 5, 7, 12 e 15).

Registrou-se neste período, maior redução quanto ao apoio institucional, agravado pela falta de suporte do terceiro setor na viabilização de recurso e de pessoal designado para projetos e programas de educação ambiental entre outras ações junto à comunidade (Entrevistados 5, 7, 12 e 15). Destaque para educação ambiental interna, movimento que não encontra eco na comunidade. O P3 também se destaca pela fiscalização e estruturação predial. Não se identifica nesta gestão olhar para funcionalidade do CONSECA, fator que reforça os prejuízos para uma governança efetiva que priorize a participação dos atores sociais locais (Entrevistados 2, 3, 5, 7, 9, 11, 14, 15, 16, 17, 18 e 19). Ações junto aos pescadores seguem ocorrendo, os quais, mesmo não estando de acordo com algumas definições da UC, são beneficiados com a melhoria da condição de funcionalidade natural do ecossistema, com ênfase para o Rio Ratonas. Assim como no caso do Gestor 2, ocorreu a exoneração do Gestor 3, sem apresentar motivação clara e deixando uma insatisfação na comunidade interna e externa à Unidade, identificadas no relato dos entrevistados, além de manifestações na mídia, que expressam indignação e repúdio ao fato ocorrido (Entrevistados 2, 3, 4, 5, 7, 9, 12 e 15 Bispo 2016, Florianópolis 2016, Maretti 2016, Notícias do dia 2016, Peres 2017, Projeto com a cidade 2016).

Apresentação figurada e resumo dos resultados
 – Modelo de Análise Básico

Os resultados de pesquisa foram organizados de forma figurada e resumida. A apresentação de *forma figurada* usou como referencial básico a Figura 3 e para sua classificação de *forma resumida por meio de uma classificação numérica*, o Tabela 1. É importante salientar que os valores máximos propostos na metodologia tanto positivos como negativos (-3 e +3), que descrevem e classificam situações ideais (+3), até as mais desfavore-

ráveis (-3) de governança, não foram identificados nos resultados do caso analisado, mas que são importantes como base metodológica para análise para outras UC.

Nas tabela 3 e 4 apresentam, de forma resumida, os principais resultados que surgiram a partir do Modelo de Análise básico, sendo o tabela 3 um resumo descritivo desses resultados e o tabela 4 o resultado numérico, demonstrado na forma do modelo proposto para cada fase no tabela 5.

Tabela 3. Resumo descritivo dos resultados obtidos do Modelo de Análise Básico.

| Nº | Período/ Aspecto | E | G | RC | | Destaque do período |
|----|---------------------|--|---|--|---|--|
| | | | | EA | GP | |
| P0 | 1987-1998 | Carros foram designados; casa foi construída; mas ambos não foram utilizados | A UC não saiu do papel, e sua gestão não ocorreu de maneira efetiva | Nenhuma ação educativa | Criação sem participação da comunidade do entorno | Criação da UC; foco na fiscalização sobre a pesca |
| P1 | 1998-2002 | Melhoria na estrutura física; falta pessoal do IBAMA; Apoio de voluntários | Gestora com foco na gestão participativa e na implantação do Plano de Manejo | Ações de EA desenvolvidas juntamente à comunidade | Início da inserção da comunidade no processo de gestão participativa | Criação da Associação Amigos de Carijós; plano de manejo com gestão participativa; criação do CONSECA |
| P2 | 2002-2010 | Aporte de recurso por meio de projetos do IC; boa equipe de trabalho | Gestor com perfil técnico, voltado para a fiscalização e para o reordenamento do uso do solo | IC atuando nas ações de EA junto à comunidade | Retrocesso nas ações de gestão participativa; boa relação com os pescadores | CONSECA: se destaca por interesses em comum entre ICMBio e comunidade; ações de EA na comunidade; Gestor exonerado |
| P3 | 2011-2016 | Foco em melhorias estruturais | Gestor com experiência em gestão de UC, perfil técnico; foco na fiscalização e na estrutura interna | Ações pontuais de EA na sede da ESEC Carijós; Apoio ONG Guardiões do Mar | Retrocesso nas ações de gestão participativa; boa relação com os pescadores | Melhorias estruturais e fiscalização; Gestor exonerado |

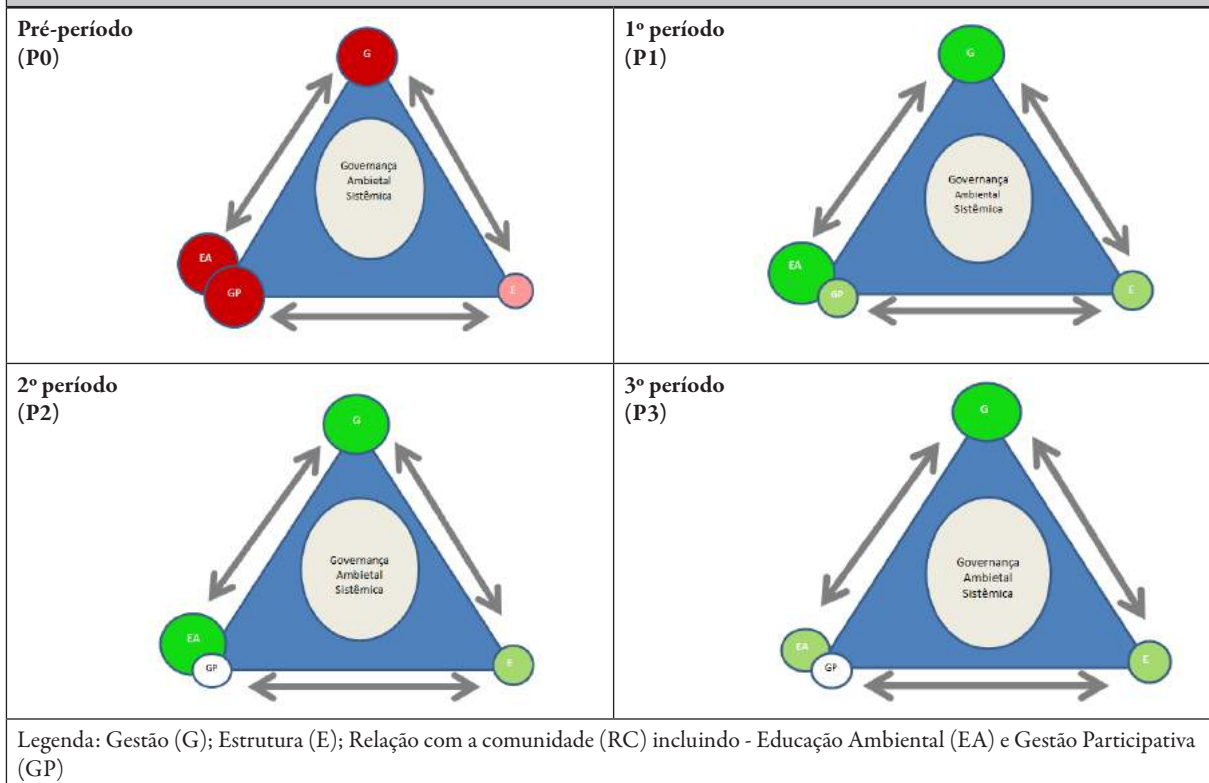
Períodos e respectivos aspectos identificados (P): Estrutura (E); Gestão (G); e Relação com a Comunidade (RC) – incluindo Educação Ambiental (EA) e Gestão Participativa (GP).

Tabela 4. Resultado numérico Modelo de Análise Básico.

| Nº | Período/ Aspecto | E | G | RC | |
|----|------------------|----|----|----|----|
| | | | | EA | GP |
| P0 | 1987-1998 | -1 | -2 | -2 | -2 |
| P1 | 1998 - 2002 | +1 | +2 | +2 | +1 |
| P2 | 2002 - 2010 | +1 | +2 | +2 | 0 |
| P3 | 2012 - 2016 | +1 | +2 | +1 | 0 |

Períodos (P) e respectivos aspectos identificados: Estrutura (E); Gestão (G); e Relação com Comunidade (RC) – incluindo Educação Ambiental (EA) e Gestão Participativa (GP).

Tabela 5. Resultado dos 4 períodos Analisados (Modelo de análise Básico).



Modelo Funcional: aspectos de influência e controle de uma governança socioambiental sistêmica

Modelo Funcional: aspectos de influência e controle de uma Governança Socioambiental Sistêmica

Na avaliação dos resultados obtidos no MAB, fica evidente uma possível forma organizada e lógica de representar a governança além do modelo inicial. Esta apresenta um caráter sistêmico e complexo de uma organização estrutural (de caráter funcional), que combinam aspectos temporais (fatos sucessivos de formação/construção) com processos e influência/controle (endógenos e exógenos).

Nos períodos analisados os componentes de maior significado da governança nem sempre foram constantes. Sua mudança pode refletir o grau de maturidade do processo de implantação e gestão da Unidade (endógeno), e/ou aspectos exógenos, alheios à vontade e aos processos endógenos, mas que influenciam diretamente na governança da UC. Ou seja, o peso e os aspectos podem ser diferenciados, em função de fatores que podem influenciar nesse processo, resultado apresentado nesta etapa da pesquisa, com uma visão mais aprofundada e sistêmica. A forma de avaliação deste modelo é definida por conceitos que os norteiam, conforme apresentado (Tabela 6).

Panorama geral

O sistema global de áreas protegidas pode ser considerado inadequado sob alguns aspectos, o que no caso da ESEC Carijós se destaca a pouca participação das comunidades locais na participação da gestão e; recursos inadequados para estas áreas com destaque para os países em desenvolvimento. Como a resolução desse problema não está nas mãos dos gestores nas UCs em geral no Brasil, sendo uma condição que depende de muitos fatores exógenos, há necessidade de definição de políticas públicas que subsidiem alternativas de mudanças nesse cenário, capazes de atender as necessidades de cada Unidade em um país continental, mas que

Tabela 6. Definição de influente e controladora elementos (endógenos e exógenos).

| Aspectos | Endógenos |
|--------------------|---|
| Definição | Iniciativas, aspectos ou fatores relacionados aos interesses da comunidade local e à proteção da UC, em consonância com sua proposta. Devem partir da vontade do gestor local, da sua equipe e da relação com o entorno, com foco no bem-estar socioambiental. |
| Como se determinam | Seu limite é determinado pela vontade local, incluindo a comunidade de entorno, técnicos e gestores que atuam diretamente na UC (nesse caso, na ESEC Carijós), excluindo a Gestão externa, como regional, estadual ou nacional. |
| Aspectos | Exógenos |
| Definição | Referem-se a decisões e interferências externas à vontade da gestão da Unidade e da comunidade do entorno. Essas decisões geralmente vêm do órgão gestor a nível regional, estadual ou nacional. São classificados e analisados em diferentes escalas: Regionais, Estaduais, Nacionais e internacionais. |
| Como se determinam | Por decisões determinadas por uma escolha externa a UC e comunidade local. Podem ocorrer por diversos fatores com ênfase em interesses econômicos e políticos externos e alheios à realidade local. São olhados e analisados sob diferentes aspectos, como: econômico, cultura, político, ambiental, de gestão, entre outros. |

não mostra prioridade, pelos números apresentados, no que concerne ao investimento em áreas protegidas.

Quanto à participação das comunidades locais, os processos são recentes. Os congressos mundiais sobre parques tiveram somente a partir dos anos 1990 um olhar mais voltado para os atores que vivem nessas regiões, trazendo à tona os conflitos de comunidades tradicionais e áreas protegidas (IUCN, 2010). Destaque para o Quarto Congresso Mundial de Parques Nacionais e Áreas Protegidas (Caracas/1992), com inclusão de outros setores da sociedade como ONGs, populações indígenas e proprietários privados, além do

foco no bem-estar humano (Diegues, 2000; Mcneely, 1994; Souza, 2003). O Primeiro Congresso Latino-Americano de Parques, ocorrido na Colômbia - 1997, cita as comunidades tradicionais, como pescadores e a importância do respeito às terras indígenas, e o favorecimento ao desenvolvimento social (Colômbia, 1998), sendo inspirador para a Gestora 1, que afirma a influência do evento na sua trajetória. Nele foram apresentados os princípios da governança de áreas protegidas para o século 21 (legitimidade e voz, direção, desempenho, Accountability e equidade), sendo a base para a implantação do Conselho Gestor da ESEC Carijós (Graham *et al.*, 2003; Gestora 1). Mas o que se observa em quase todo o histórico da ESEC Carijós, com exceção da P1, é uma pouca efetivação desta proposta de governança para a Unidade.

Recursos e autonomia dos gestores da ESEC Carijós

Fatores evidenciam que a estrutura da ESEC Carijós está distante da ideal, condicionada a um número representativo de fatores exógenos. Um destaque na UC foi a realização de parcerias (endógenas e exógenas) que possibilitaram o aporte de recursos advindos de compensações ambientais, acordos de cooperação, parcerias nacionais e internacionais⁴.

O terceiro setor se destaca como um movimento endógeno positivo de participação social, podendo gerar bons frutos na gestão de uma UC. A gestão, que deveria ser estruturada pelo órgão responsável pelas UC (fator exógeno), demonstra instabilidade e diminuição dos seus recursos (físicos e de pessoal) de maneira alarmante. Somado a isso, é visível o declínio no apoio à gestão pelo órgão governamental responsável (fator externo negativo). Relatos dos entrevistados apontam dificuldades para governança local, ocasionados por uma gestão externa que muitas vezes: (i) não conhece a realidade local; (ii) não possui estrutura suficiente para

tal conhecimento; e/ou (iii) não consegue entender as necessidades da UC e seu entorno.

Importante frisar que é necessária uma autarquia capaz de estabelecer critérios e normas para a funcionalidade legal das UC, mas necessidades e interesses locais (endógenos) devem ser considerados, condição assegurada pelo próprio SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação).

Gestão e relação com a comunidade

Optou-se por discutir os temas gestão e relação com a comunidade de maneira integrada, pois os mesmos apareceram diretamente interligados na fala dos entrevistados.

Participação das comunidades locais

Na ESEC Carijós foi identificado que, além do desafio da realização do Plano de Manejo, em função de a UC estar localizada em área de interesses especulativos (pela valorização ambiental e econômica), a P1 enfrentou um passivo em relação à falta de participação da comunidade (fator endógeno), ocasionado pela forma como a UC foi criada (fator exógeno). O Plano de Manejo da Unidade foi elaborado 14 anos após a sua criação (fator exógeno), realidade comum no país.

Conselho Gestor da ESEC Carijós

O CONSECA teve uma atuação pontual e pouco representativa desde sua criação devido a um somatório de fatores endógenos e exógenos como: (i) distância da comunidade na criação da UC; (ii) categoria da Unidade de caráter proibitivo; (iii) composição do Conselho com pouca representação da comunidade de entorno; (iv) órgãos governamentais favorecendo interesses de uma minoria; (v) temas pouco relevantes para a comunidade; (vi) e o Conselho com atuação pontual a favor da comunidade local, podem ser apontado como pro-

⁴GEF-MAR, GEF-terrestre, PNUD/MMA, WWF/Brasil e KfW Entwicklungsbank.

váveis motivadores de insucesso desse espaço de governança. Esses pontos mencionados estão na fala de 90% dos entrevistados. A proposta da Gestora 1 de fazer do Conselho um *locus* de participação e controle social da comunidade termina com o final da P1 (Entrevistados 1 e 4), não conseguindo atingir seus objetivos. Mesmo atendendo a determinação do SNUC, muitas brechas são possíveis no formato da composição de um Conselho de forma equivocada, podendo enfraquecer a participação local e a Gestão Participativa.

Gestão de conflitos na ESEC Carijós

Na ESEC Carijós, são visíveis as relações de conflito desde o início do processo de criação da Unidade, principalmente em relação à fiscalização sobre as comuni-

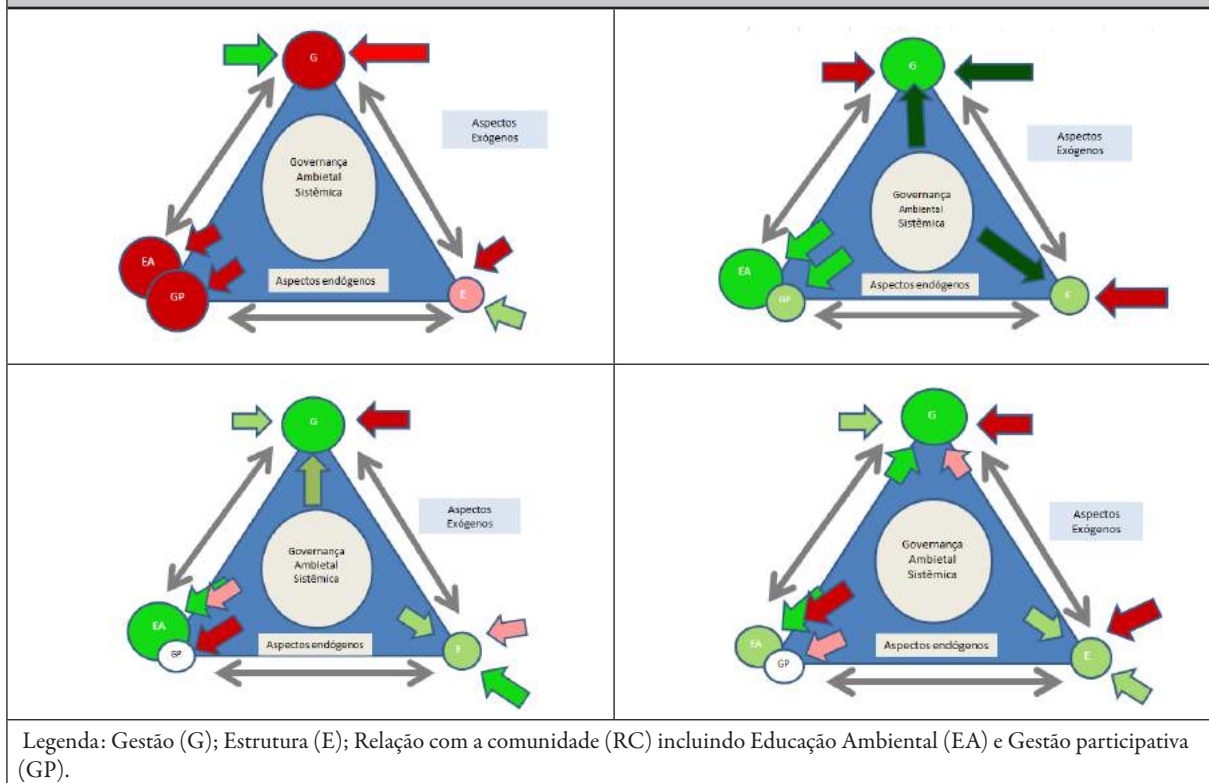
dades tradicionais de pesca (fator exógeno). A partir desta realidade, há necessidade de ganhar a confiança desses atores que ficaram à margem desse processo (fator endógeno).

No P1 dois fatores exógenos contribuem para iniciar um processo de mudança da relação de conflito entre UC e a comunidade do entorno: a inserção da Gestora 1 na Unidade, associada ao momento do país e do mundo, com olhar para as comunidades tradicionais.

Apresentação figurada e resumo dos resultados – Modelo Funcional

A seguir os resultados do Modelo Funcional de maneira figurada, apresentado os quatro períodos de maneira separada (P0, P1, P2 e P3) inseridas na tabela 7. Levar

Tabela 5. Resultado dos 4 períodos -Modelo Funcional.



o olhar sobre esses aspectos permite uma percepção da dimensão desse sistema, demonstrado a seguir.

O Tabela 8 apresenta um resultado analítico resumido dos aspectos de influência e controle de destaque na ESEC Carijós, identificando os principais resultados da pesquisa. Os aspectos foram divididos e apresentados conforme o que foi sendo evidenciado de mais relevante em relação ao caminho tomado para a governança em cada um dos períodos da UC, variando entre um período e outro. Dessa forma, os aspectos Endógenos ficaram divididos em: (I) relação com a co-

munidade; (II) gestão da ESEC Carijós, (III) recurso de empreendimentos locais. Já os aspectos Exógenos sofreram algumas subdivisões:

Estaduais, regionais ou nacionais, incluído nestes: (I) sociedade civil e/ou imprensa; (II) órgão gestor responsável, de alguma forma, pelas tomadas de decisões da UC, variando ao longo do histórico, incluindo SEMA, Polícia Ambiental, IPUF, FATMA, IBAMA e ICMBio⁵; (III) Recursos e instituições nacionais; Instituições internacionais.

Tabela 8. Quadro analítico resumido dos principais aspectos de influência e controle (endógenos e exógenos) de cada período na ESEC Carijós (1987 a 2016).

| Aspectos Endógenos | | | |
|---------------------------|--------------------------------------|--|--|
| | Locais | Positivos | Negativos |
| PO → 1987 -1998 | Relação com a Comunidade | Inexistente e/ou não identificado. | Comunidade não participa do processo de criação da UC; reação negativa da comunidade em função de fiscalização intensa no local. |
| | Gestão ESEC Carijós (IBAMA) | Inexistente e/ou não identificado. | Inexistente e/ou não identificado. |
| | Recursos empreendimentos locais | Inexistente e/ou não identificado. | Inexistente e/ou não identificado. |
| Aspectos Exógenos | | | |
| | Regional, estadual e nacional | Positivos | Negativos |
| PO → 1987-1998 | Sociedade civil e imprensa em geral | Inexistente e/ou não identificado. | Inexistente e/ou não identificado. |
| | SEMA, FATMA, SPU e IPUF | Criação da ESEC Carijós para proteção das áreas remanescentes de manguezais da Ilha. | Ausência de olhar para a comunidade local e sua inserção no processo de criação da UC. |
| | Regional, estadual e nacional | Inexistente e/ou não identificado. | Inexistente e/ou não identificado. |
| Aspectos Exógenos | | | |
| | Internacional | Positivos | Negativos |
| PO | | Movimento internacional para criação de áreas protegidas | Movimento internacional para criação de áreas protegidas |

⁵IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente; IPUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis; FATMA – Fundação do Meio Ambiente; ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Tabela 8. Quadro analítico resumido dos principais aspectos de influência e controle (endógenos e exógenos) de cada período na ESEC Carijós (1987 a 2016).

| Aspectos Endógenos | | | |
|---------------------------|--------------------------------------|--|---|
| | Locais | Positivos | Negativos |
| P1 → 1998-2002 | Relação com a Comunidade | Olhar para a comunidade; gestão participativa envolvendo comunidade; ações de EA; criação do CONSECA. | Parte da comunidade local resistente ao processo de gestão participativa. |
| | Gestão ESEC Carijós (IBAMA) | Foco na Gestão Participativa; Plano de Manejo participativo; grupo de voluntários atua na UC (Amigos de Carijós); parceria com empresas e ONGs locais; ações de EA comunidade; criação do CONSECA | Desconhecimento (pela gestão) de parte dos atores sociais locais; CONSECA com pouca participação da comunidade local. |
| | Recursos empreendimentos locais | Parceria com empresas locais e TAC (Termo de ajustamento de conduta) viabilizam ações na UC e entorno. | Inexistente e/ou não identificado. |
| Aspectos Exógenos | | | |
| | Regional, estadual e nacional | Positivos | Negativos |
| P1 → 1998-2002 | Sociedade civil/ imprensa em geral | Inexistente e/ou não identificado. | Inexistente e/ou não identificado. |
| | IBAMA | Determinação primeira gestão para UC; criação da Lei do SNUC; consolidação legal dos Conselhos Gestores; capacitação equipe atuação UC; determinação para elaboração do Plano de Manejo; convênio IBAMA implementação Programa EA para ESEC Carijós. | Estrutura precária física e de pessoal; contratação de pessoal cancelada, corte de recursos do Governo Federal para as UCs. |
| | Recurso Instituições Nacionais | Inexistente e/ou não identificado. | Inexistente e/ou não identificado. |
| Aspecto Exógeno | | | |
| | Internacional | Positivos | Negativos |
| P1 | | Olhar para comunidades que vivem em áreas protegidas ou seu entorno. | Inexistente e/ou não identificado. |

Tabela 8. Quadro analítico resumido dos principais aspectos de influência e controle (endógenos e exógenos) de cada período na ESEC Carijós (1987 a 2016).

| | Aspectos Endógenos | | |
|----------------|---|--|--|
| | Locais | Positivos | Negativos |
| P2 → 2002-2010 | Relação com a comunidade | Destaque para a relação positiva com Comunidade de pescadores; continuidade de projetos de EA; inserção de novas entidades locais no CONSECA. | Insatisfação com a falta de gestão participativa; Comunidade insatisfeita com a exoneração do Gestor. |
| | Gestão ESEC Carijós IBAMA até 2007 ICMBIO a partir de 2007 | Gestão comprometida com a UC; atenção para os pescadores e pesca na região; apoio ao IC que segue atuando em projetos de EA; monitoria e avaliação do Plano de Manejo; inserção de novas entidades locais no CONSECA; Gestão da ESEC Carijós aliada à comunidade local derubam empreendimento de interesse econômico e alto impacto ambiental na região; CONSECA se destaca como fórum de debate e tomada de decisões no momento mais relevante desde sua criação. | Gestão sem participação da comunidade; IC não consegue dar continuidade às suas ações sem suporte do ICMBio; pouca efetividade do CONSECA: entidades que não representam comunidades locais e interesses difusos dificultam a funcionalidade do mesmo; |
| | Recursos de empreendimentos locais | TAC com <i>Shopping Florianópolis</i> e empresa <i>Habitasul</i> – projetos de EA e compra de equipamentos para a sede. | Inexistente e/ou não identificado. |
| | Aspectos Exógenos | | |
| | Regional, estadual e nacional | Positivos | Negativos |
| P2 → 2002-2010 | Sociedade civil ou imprensa em geral | Nota de apoio e repúdio aos servidores do ICMBio em Santa Catarina pela exoneração do Gestor 2. | Insatisfação sociedade civil em geral, entidades locais e regionais pela Exoneração Gestor 2. |
| | IBAMA/ICMBio | Contratação de Gestor, por meio de processo seletivo, com capacidade técnica para sua função; equipe técnica qualificada para atuar na UC; notas de apoio (por parte dos servidores federais) aos servidores do ICMBio em SC em função da exoneração do chefe da Unidade. | ICMBio estrutura física e de pessoal precária; Mudança estrutural (IBAMA para ICMBio); IC não consegue dar continuidade às suas ações; exoneração do Gestor 2 após a derrubada do empreendimento de grande porte, dá conotação de motivação política. |
| | Recursos Instituições nacionais | Recurso nacional para execução dos projetos e suporte institucional (PMNA, PDA). | Inexistente e/ou não identificado |

Tabela 8. Quadro analítico resumido dos principais aspectos de influência e controle (endógenos e exógenos) de cada período na ESEC Carijós (1987 a 2016).

| Aspectos Exógenos | | | |
|---------------------------|--------------------------------------|---|---|
| | Regional, estadual e nacional | Positivos | Negativos |
| P2 → 2002-2010 | Sociedade civil ou imprensa em geral | Nota de apoio e repúdio aos servidores do ICMBio em Santa Catarina pela exoneração do Gestor 2. | Insatisfação sociedade civil em geral, entidades locais e regionais pela Exoneração Gestor 2. |
| | IBAMA/ICMBio | Contratação de Gestor, por meio de processo seletivo, com capacidade técnica para sua função; equipe técnica qualificada para atuar na UC; notas de apoio (por parte dos servidores federais) aos servidores do ICMBio em SC em função da exoneração do chefe da Unidade. | ICMBio estrutura física e de pessoal precária; Mudança estrutural (IBAMA para ICMBio); IC não consegue dar continuidade às suas ações; exoneração do Gestor 2 após a derrubada do empreendimento de grande porte, dá conotação de motivação política. |
| | Recursos Instituições nacionais | Recurso nacional para execução dos projetos e suporte institucional (PMNA, PDA). | Inexistente e/ou não identificado |
| Aspectos Exógenos | | | |
| | Internacional | Positivos | Negativos |
| P2 | | Recurso internacional para projeto. | Inexistente e/ou não identificado. |
| Aspectos Endógenos | | | |
| | Locais | Positivos | Negativos |
| P3 → 2011-2016 | Relação com a comunidade | Comunidade entende a importância da UC; boa relação com pescadores. | Exoneração do Gestor causa repúdio por parte da comunidade. |
| | Gestão ESEC Carijós | Gestão sem gestão participativa; forte fiscalização na região e falta de comunicação com a comunidade; ações internas e pontuais de EA; pouca funcionalidade de CONSECA; insatisfação pela exoneração do Gestor 3, principalmente pelos analistas ambientais da ESEC Carijós. | Gestão sem gestão participativa; forte fiscalização na região e falta de comunicação com a comunidade; ações internas e pontuais de EA; pouca funcionalidade de CONSECA; insatisfação pela exoneração do Gestor 3, principalmente pelos analistas ambientais da ESEC Carijós. |
| Aspectos Endógenos | | | |
| | Locais | Positivos | Negativos |
| P3 → 2011-2016 | Recursos empreendimentos locais | TAC com Shopping Florianópolis permite melhoria da estrutura predial da sede da UC. | Inexistente e/ou não identificado. |

Tabela 8. Quadro analítico resumido dos principais aspectos de influência e controle (endógenos e exógenos) de cada período na ESEC Carijós (1987 a 2016).

| | Aspectos Exógenos | | |
|----------------|--------------------------------------|--|---|
| | Regionais, estaduais e nacionais | Positivos | Negativos |
| P3 → 2011-2016 | Sociedade civil Imprensa em geral | Notas de repúdio pela exoneração do Gestor 3; E notas de apoio aos servidores do ICMBio em Santa Catarina. | Inexistente e/ou não identificado. |
| | IBAMA / ICMBio | Contratação de Gestor 3, por meio de processo seletivo, com capacidade técnica para sua função; equipe técnica qualificada para atuar na UC em ações técnicas e de fiscalização. | Estrutura física predial precária; falta de apoio institucional e burocracia para recurso; falta de pessoal para atuar em projetos de EA; exoneração do Gestor 3. |
| | Recurso Instituições Nacionais | Inexistente e/ou não identificado. | Inexistente e/ou não identificado. |
| | Aspectos Exógenos | | |
| P3 | Internacional | Positivos | Negativos |
| | | Inexistente e/ou não identificado. | Inexistente e/ou não identificado. |

4. Conclusões

Este trabalho foi desenvolvido com o propósito de identificar e avaliar a dinâmica da governança ambiental em UC, tendo como principal elemento a análise prospectiva do âmbito sistêmico desta governança, por meio de um Estudo de Caso. A pesquisa demonstrou que a gestão da ESEC Carijós só se estabeleceu, de forma significativa, 11 anos após sua criação. Antes deste período, não houve um gestor local, tampouco a participação da comunidade do entorno com um olhar para as necessidades e perspectivas da Unidade.

Desde a primeira gestão, a governança foi balizada pelo perfil do gestor que estava à frente da Unidade, principalmente no que concerne à sua relação com a comunidade do entorno. Por outro lado, fatores externos (exógenos) às suas decisões conseguiram caminhar para outros resultados não tão desejados, tanto pela Gestão da Unidade, como pela comunidade interna e/ou do entorno da mesma. Aqui pode ser citada a escolha e/ou exoneração do gestor local, recursos para a UC, políticas externas e tomadas de decisões, princi-

palmente por interesses econômicos e políticos, muitas vezes, sem levar em consideração a realidade local. Destaque positivo exógeno para a qualidade técnica dos analistas ambientais no quesito fiscalização e projetos de conservação, mesmo com um número de funcionários aquém do desejado, com foco na proteção do ecossistema manguezal.

Sob o aspecto da governança, partindo-se do pressuposto de que uma boa governança pode ser definida como um sistema complexo de interações, com foco no bem-estar humano, na Educação Ambiental e na Gestão Participativa, percebe-se que há um longo caminho a ser percorrido nos processos de melhorias neste quesito fundamental para as UC, como a analisada. Mais do que isso, há evidências claras que esse tripé não atua com autonomia. Existe um componente complexo e subjetivo – os fatores exógenos – que determinam diretrizes para esse processo, na forma de decisões políticas não facilmente mensuradas e não alinhadas às necessidades que surgem nesses espaços de governança.

Ou seja, a pesquisa aponta que, além dos fatores endógenos, fatores exógenos influenciam diretamente no tipo de resultado alcançado, tornando necessária uma visão dinâmica/funcional (sistêmica) para a compreensão dos aspectos estruturantes e de controle da governança. É esse o caminho aqui proposto para analisar a governança de uma UC.

Uma boa constatação ou recomendação, nesse caso, é a de não tratar a governança como algo característico e permanente a uma determinada UC. Ela pode apresentar uma variação temporal que reflete o nível de maturidade do processo e a dinâmica do contexto histórico, político e socioeconômico. Uma análise interessante da governança deve ser feita considerando os elementos intrínsecos (endógenos) evolutivos e os de controle exógenos (que refletem as conexões socio-culturais, políticas, econômicas etc.). Ou seja, as possíveis críticas e sugestões para a melhoria da governança devem considerar de forma realística essa combinação funcional.

Para orientar os níveis de factibilidade das sugestões, elencaram-se os resultados analíticos em forma de tabelas e figuras, o que pode contribuir com a análise crítica da governança de determinada UC. Com essa proposta, tem-se a intenção de diagnosticar a governança, levando em conta não somente uma macro visão, mas também analisando os detalhes de uma Unidade, cujos fatores, que não estão tão visíveis, possam ser observados mais próximos da realidade discutida.

Alguns pontos merecem destaque e devem ser analisados com atenção. Como já mencionado, um fator exógeno positivo, relativo às políticas públicas de criação de áreas protegidas no final dos anos 1980, permitiu a criação da ESEC Carijós e a proteção dos manguezais do Norte da Ilha de SC (resultado endógeno positivo). No entanto, a falta de atenção para as comunidades locais, dificultou e segue interferindo negativamente a inserção das mesmas na Gestão Participativa da UC. No final dos anos 1990, o mundo passou a discutir de maneira mais atenta a participa-

ção destas comunidades na gestão das áreas protegidas, favorecendo a boa governança sob esse aspecto pouco analisado até então, fator exógeno positivo evidente nesse período. Aliado a isso, fatores endógenos, como o perfil da Primeira Gestão e um grupo de apoio de técnicos voluntários, foram fundamentais neste processo, tendo como suporte legal a criação do SNUC e suas deliberações para a implantação do Plano de Manejo e do Conselho Gestor de forma participativa (fator externo positivo). A falta de estrutura oferecida pelo órgão gestor responsável das UC no país influencia negativamente neste processo, situação que se agrava pelos cortes de orçamento que vem ocorrendo a cada ano nas UC do Brasil de maneira geral. Merece destaque o terceiro setor, como facilitador de aporte de recursos, de forma menos burocrática, contribuindo significativamente neste quesito. Ações que envolvem a relação com a comunidade, apesar de determinadas pelo SNUC, mostram-se ainda um tanto tímidas, já que não há uma cobrança efetiva na prática acerca desse aspecto. Exemplos de ações de Gestão Participativa e Educação Ambiental, assim como reflexões sobre elas, vêm sendo discutidas de maneira mais específica pelo órgão gestor nos últimos anos, importante fator exógeno, contribuindo para resultados significativos e imprescindíveis para o processo de uma boa governança, mesmo que de maneira lenta e com necessidade de avanços mais expressivos na prática.

Sobre este aspecto, é importante reforçar que ações de Educação Ambiental e Gestão Participativa demoram a se efetivar na prática, apresentando especificidades de cada região, fator endógeno que deve ser considerado, entendendo que os bons frutos levam tempo para serem colhidos e mensurados. Além disso, não se deve ignorar o fato de que há uma defasagem na educação de maneira geral no Brasil, além de diferenças sociais, econômicas e culturais significativas num país continental, com um longo caminho a ser percorrido até que se possa chegar a discutir questões ambientais com a sociedade de maneira efetiva, com um olhar

crítico capaz de subsidiar resultados promissores para uma boa governança.

O CONSECA, mesmo apresentando uma proposta de caráter participativo, a princípio positiva para a sua implantação, parece não funcionar tão bem na prática. Uma soma de fatores internos e externos apresentados nesta pesquisa pode evidenciar a realidade do Conselho ao longo de toda a trajetória da ESEC Carijós. Nesse sentido, podem ser citadas: falta de cultura de participação, modelo dos conselhos gestores, estrutura funcional e falta de incentivo à participação de políticas públicas voltadas às tomadas de decisões em geral no país (fatores internos e externos).

Por fim, cabe destacar a necessidade de fazer-se a reflexão de que tomadas de decisões e movimentos em áreas protegidas sofrem interferências exógenas fortes, que podem dificultar e/ou impedir uma caminhada endógena mais linear e de maior sucesso, tanto para a preservação dos recursos naturais e seus serviços ambientais, como para a participação efetiva dessas comunidades locais nos processos de tomada de decisão. Cada mudança abrupta de um gestor, que não é de desejo interno, por exemplo, tende a reduzir o processo quase à estaca zero. Uma relação de confiança precisa ser reconstruída, pessoas devem ser estimuladas a continuar participando e, talvez, novos grupos de trabalho precisem ser constituídos para participar das decisões de maneira afetiva e efetiva em todo o processo. Como a resolução desse problema não está totalmente nas mãos dos gestores nas UCs em geral no Brasil, sendo uma condição que depende de muitos fatores exógenos, há necessidade de definição de políticas públicas que subsidiem alternativas de mudanças nesse cenário, capazes de atender as necessidades de cada Unidade.

A pesquisa propõe uma análise da governança de forma sistêmica e reconhece a inexistência de uma escola consolidada com essa perspectiva na análise da funcionalidade objetiva das UCs. Não há como reconhecer o processo dinâmico da evolução do padrão de governança com base em métodos tradicionais de análise.

Governança é e deve ser considerada como um “sistema vivo”, dinâmico e mutável, com elementos típicos, mas também – aqui destacado nesta pesquisa – por processos de existência e/ou intensidades controladas por fatores internos e externos. A determinação de tais fatores de controle e dos também elementos e processos que os controlam é concebida aqui como imperativa, não apenas na compreensão da governança, mas na possibilidade objetiva de regulá-la e geri-la.

Desse modo, fica evidente nesta pesquisa que qualquer política voltada à melhoria da gestão de UC não pode estar centrada ou focada unicamente em seus elementos estruturantes (como aqueles modelados no arcabouço do Modelo Analítico). Políticas com tais características apresentariam um caráter reducionista, reativo e focado na manutenção de elementos, sem levar em conta os processos internos e externos de influência e controle. Esse, infelizmente tem sido o modo dominante das políticas de gestão no Brasil e no mundo, configurando uma ação reativa e setorializada, com baixa eficiência. Por outro lado, a pesquisa aponta para um sistema integrado de processos que permite deprender o sentido das ações de gestão e da política para tais ações, possibilitando uma ação proativa, integrada ou sistêmica, que leva em consideração os fatores de controle endógenos e exógenos, como tipicamente ocorre nos sistemas socioambientais. A compreensão integrada dos fatores modeladores da governança expõe, claramente, os possíveis espaços para as ações de gestão em diferentes âmbitos, como indica o acompanhamento cronológico na UC estudada. São espaços que, devidamente compreendidos, podem levar a uma condição de boa governança, participativa, integrada e eficaz.

Entendendo que esta metodologia se mostra adequada ao sistema de análise para as UC, propõe-se a aplicação deste modelo analisando os aspectos indicados na pesquisa, potencializando os positivos e procurando analisar os negativos, buscando possibilidade de minimização e/ou ajustes necessários do processo ao longo

do tempo. Entendendo a importância de considerar: contexto histórico, políticas públicas, realidade local, potencializando o conhecimento técnico dos analistas ambientais, aliados aos saberes local e trazendo a comunidade junto à UC, na busca de soluções de forma compartilhada. A transparência no processo deve ser a chave para trazer repostas e soluções salutaras para a maioria. Uma forma proposta para Carijós é levar o resultado para o CONSECA ou instituições representantes da comunidade de entorno a UC, juntamente com a equipe de gestão da Unidade, apresentando os resultados e debatendo supostas soluções cabíveis e possíveis com a realidade e necessidade local. Após esta etapa, a proposta elaborada deve ser encaminhada para o órgão gestor externa à UC, propondo que o mesmo também esteja em algum momento debatendo a busca de soluções para os desafios apresentados.

Em outras UCs, o processo de avaliação dos fatores de interferência pode ser avaliado juntamente à comunidade interna e de entorno à UC, enriquecendo o processo de construção de busca de soluções. A proposta caracterizar-se-ia como uma ferramenta aplicada, dependendo da etapa da Unidade, desde sua proposta de criação, diretrizes para elaboração e execução do Plano de Manejo e condução dos processos de acompanhamento da gestão da UC, por meio do Conselho

Gestor. Na mesma linha, há potencial para apoiar outros projetos que venham a ser implementados dentro de uma câmara técnica de planejamento e gestão, potencializando os aspectos positivos e indicando risco de aspectos negativos e sua possível busca de soluções.

As UC são bens públicos e devem exercer sua função de servir à sociedade e contar com a sociedade. É somente por meio desse processo que os atores interessados poderão efetivamente compreender sua relevância e participar do processo de conservação da Unidade. Para que se possa efetivar as necessidades de conservação dos ambientes naturais, assim como das pessoas que vivem nesses locais, é fundamental e urgente que haja uma aproximação entre UC e seu entorno, entre os tomadores de decisão e os que estão à linha de frente dessas áreas protegidas, buscando soluções para os conflitos que possam surgir ao longo do caminho. Enquanto houver um distanciamento entre UC e seu entorno, entre os tomadores de decisão e os que estão à linha de frente dessas áreas protegidas, os conflitos estarão se sobrepondo às necessidades tanto de conservação dos ambientes naturais como das pessoas que vivem nesses locais. Esta é, com certeza, a chave do sucesso desta importante ferramenta de preservação socioambiental para o nosso ambiente.

5. Agradecimentos

Ao LAGECI – Laboratório de Gestão Costeira Integrada da Universidade Federal de Santa Catarina (apoio técnico e financeiro para eventos).

Ao CNPq – Bolsa de estudo do doutorado.

Aos entrevistados que se disponibilizaram a contribuir de forma valiosa para esta pesquisa.

6. Referências

- Ascema Nacional. 2010. Nota de apoio aos servidores do Instituto Chico Mendes em Santa Catarina. 2010. [acessado em 2017 out 02] /www.ascemanacional.org.br/nota-de-apoio-aos-servidores-do-instituto-chico-mendes-em-santa-catarina/.
- Alberti V. Histórias dentro da História. 2010. In: Pinsky, C. (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Editora Contexto: 155 - 202.
- Arruda R. 1999. Populações Tradicionais e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação. Ambiente & Sociedade. Universidade de São Paulo, São Paulo: 79 - 92.
- Barragán MJ. 2014. Política, Gestión y Litoral: Una nueva visión de la Gestión Integrada de áreas Litorales. Espanha: Tébar Flores.
- Bispo F. 2016. Organizações Civis repudiam troca de comando na ESEC de Carijós, 2016. [acessado em 2017 fev 10] <https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/org>.
- Boni V, Quaresma S. J. 2018. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005. p. 68-80. Disponível em: <www.emtese.ufsc.br>. Acesso: 22 out. 2018.
- Borges C. 2011. O que são espaços educadores sustentáveis. in: Espaços educadores sustentáveis. Salto para o Futuro: TV Escola, Rio de Janeiro. Ano XXI, Boletim 07 - Junho 2011. 29 p.
- Borrini-Feyerabend, G. 2003. Governance of protected areas: innovations in the air. In: Commission on Environmental, Economic & Social Policy. Community, Empowerment for conservation. Policy Matters (Org). Durban: IUCN. p. 92-101.
- Brasil. 1987. Decreto nº 94.656, de 20 de julho de 1987. Cria as Estações Ecológicas de Carijós, Pirapitinga e Tupinambás, e dá outras providências. Brasília.
- Brasil. 2002. Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Brasília.
- Colombia. 1998. Ministerio Del Medio Ambiente. Memorias del primer Congreso Latinoamericano de Parques Nacionales y otras áreas protegidas. El Selo Editorial, Colombia.
- Dick E, Danieli MA, Zanini AM. 2012. Gestão participativa em Unidades de Conservação: uma experiência na Mata Atlântica. Rio do Sul: Editora APREMAVI.
- Diegues ACS. (org.). 2000. Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília – DF: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: Ed. da USP.
- Dudley N, Mulongoy KJ, Cohen S, Stolton S, Barber CV, Gidda SB. 2005. Towards Effective Protected Area Systems: An Action Guide To Implement The Convention On Biological Diversity Programme Of Work On Protected Areas. Montreal: Convention on Biological Diversity.
- Florianópolis. 1999. Estatuto Associação de Amigos Pró-Conservação da Estação Ecológica de Carijós, de 9 de junho de 1999.
- Florianópolis. 2016. Em 08 de abril de 2016. Carta dos Servidores de Estação Ecológica de Carijós ao Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade: Florianópolis.
- Floripa Amanhã. 2010. Os bastidores da multa do ICMBio. Em 17 de setembro de 2010. [acessado em 2017 out 02] <https://uc.socioambiental.org/noticia/tecnicos-do-icmbio-de-santa-catarina-pedem-exoneracao-de-cargos>.
- Graham J; Amos B.; Plumpre, T. 2003. Governance principles for protected areas in the 21st century prepared for the fifth world parks Congress Durban, South Africa. Ontario: Institute On Governance.
- Himes AH. 2007. Performance indicators in MPA management : Using questionnaires to analyze stakeholder preferences. University of Portsmouth, UK: Elsevier.
- [IBAMA] Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. 2001. Plano de Manejo da Estação Ecológica de Carijós. Florianópolis, SC, Brasil.
- [ICMBio] Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, [MMA] Ministério do Meio Ambiente. 2010. Monitoria e avaliação assistida ao Plano de Manejo da Estação Ecológica de Carijós, ICMBio/MMA, Brasília.
- Jones PJS 2002. Marine protected area strategies: issues, divergences and the search for middle ground. Reviews in fish biology and fisheries, v. 11, no 3, p. 197–216.

- Jones PJS, Qiu W, De Santo EM. 2013. Governing marine protected areas: Social-ecological resilience through institutional diversity. *Marine Policy*, 41: 5 - 13.
- Junior SD, Lopes LJS, Correia EC, Macedo HS, Floriani DC, Silva LZ, Cataneo VT, Serafini PP, Pretto DJ, Campos A, et al. 2015. Conservação da Biodiversidade na Zona Costeira e Marinha de Santa Catarina. Florianópolis: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
- Maretti C. 2016. ESEC Carijós - Mudança de Chefia. Mensagem recebida por < leandro.silva@icmbio.gov.br; edineia.correia@icmbio.gov.br; eliane.hirai@icmbio.gov.br; apoena.figueiroa@icmbio.gov.br; claudio.maretti@icmbio.gov.br; Lilian Leticia Mitiko; lilian.hangae@icmbio.gov.br; claudinei.rodrigues@icmbio.gov.br; luisa.lopes@icmbio.gov.br; daniel.penteado@icmbio.gov.br; silvio.souza@icmbio.gov.br, luis.rocha@icmbio.gov.br; renato.sales@icmbio.gov.br; paulo.souza@icmbio.gov.br; rogerio.guimaraes@icmbio.gov.br> 12 de abril de 2016.
- Mccay BJ, Jones PJS. 2011. Marine Protected Areas and the Governance of Marine Ecosystems and Fisheries. *Conservation Biology*, 25(6): 1130 - 1133.
- Mcneely JA. 1994. Protected areas for the 21st century: working to provide benefits to society. *Biodiversity and Conservation* 3. IUCN: Switzerland, 1994: 390 - 405.
- Minayo MCS. 1999. O desafio do conhecimento. São Paulo, Rio de Janeiro: Abrasco.
- Movimento em Defesa das Baías de Florianópolis. 2010. Servidores do ICMBio solidários com Apoena, após exoneração sem justa causa (25 de setembro de 2010). [acessado em 2017 out 02] http://baiasdeflorianopolis.blogspot.com.br/2010/09/blog-post_6388.html.
- Nguingui J C. 2003. Gouvernance des aires protégées - 'importance des «normes pratiques» de régulation de la gestion locale pour la faisabilité des réformes dans le Bassin du Congo. IUCN - Commission on Environmental, economic and social policy. Community, Empowerment for Conservation. Congo: [s.n.], p. 16 - 21.
- Notícias do Dia. 2016. Organizações Civis repudiam troca de comando na ESEC de Carijós. [acessado em 2017 out 02] <https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/org>.
- Peres, L. 2017. Mandato repudia a Exoneração do Servidor Silvio de Souza da Chefia da Esec Carijós. [acessado em 30/17 mar 30] <http://www.professorlinoperes.com.br//pagina/522/mandato-repudia-a-exoneraceditilildeo-do-servidor-silvio-de-souza-da-chefia-da-esec-carijoacutes>.
- Pereira M. 2010. Servidores do ICMBio emitem nota sobre demissão (17 de setembro de 2010). [acessado em 2017 out 02] <http://floripamanha.org/2010/09/os-bastidores-da-multa-do-icmbio/>.
- Pomeroy RS, Parks JE, Watson LM. 2004. How is your MPA doing? A Guidebook of Natural and Social Indicators for Evaluating Marine Protected Area Management Effectiveness. IUCN: Gland, Switzerland and Cambridge.
- Projeto com a cidade. 2016. Mandato Repudia a Exoneração do Servidor Silvio de Souza da Chefia da ESEC Carijós, em 14 de abril de 2016. [acessado 2017 out 02] <http://www.professorlinoperes.com.br//pagina/522/mandato-repudia-a-exoneraceditilildeo-do-servidor-silvio-de-souza-da-chefia-da-esec-carijoacutes>.
- Puz HÁ, BÉchaux E, Jenkins C. 2003. Gouvernance et démocratie locale dans les Parcs Naturels Régionaux de. In: Commission on Environmental, Economic and Social Policy. Community, Empowerment for Conservation. IUCN, n° 12, p. 225 - 237.
- Tozzo RA, Marchi EC. 2014. Unidades de Conservação no Brasil: Uma Visão. *Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade*: Curitiba: 508 - 523.
- [IUCN] União Internacional para a Conservação da Natureza. 2010. World Commission on Protected Areas. 50 Years of Working for Protected Areas A brief history of IUCN World Commission on Protected Areas. IUCN: Gland, Switzerland.
- Unidades de Conservação no Brasil. 2010. Técnicos do ICMBio de Santa Catarina pedem exoneração de cargos. [acessado em 2017 out 02] <https://uc.socioambiental.org/noticia/tecnicos-do-icmbio-de-santa-catarina-pedem-exoneracao-de-cargos>.
- WWF. 2014. Observatório de UC's: biodiversidade em unidades de conservação. Mariana Napolitano Ferreira e Paula Hanna Valdujo, coord. [WWF-Brasil. Relatório]. Brasília: WWF-Brasil. **Apêndice**

Apêndice 1

| Apêndice 1: Lista dos Sujeitos de Pesquisa | | | | |
|---|---|--------------|-------------|---------------------------|
| Identificação | Relação com área/objeto da pesquisa | Idade | Sexo | Data da entrevista |
| Gestor 1 | Não nascida, residente na área de influência da ESEC Carijós | 52 | F | 15/09/2016 |
| Gestor 2 | Não nascido, residente na área de influência da ESEC Carijós | 39 | M | 16/08/2016 |
| Gestor 3 | Nascido, residente na área de influência da ESEC Carijós | 41 | M | 17/08/2016 |
| Entrevistado 1 | Não nascida, residente na área de influência da ESEC Carijós | 52 | F | 15/09/2016 |
| Entrevistado 2 | Não nascido, residente na área de influência da ESEC Carijós | 52 | M | 13/09/2016 |
| Entrevistado 3 | Não nascido, residente na área de influência da ESEC Carijós | 54 | M | 13/09/2016 |
| Entrevistado 4 | Não nascida e não residente na área de influência da ESEC Carijós | 39 | F | 23/08/2016 |
| Entrevistado 5 | Não nascido, residente na área de influência da ESEC Carijós | 39 | M | 16/08/2016 |
| Entrevistado 6 | Não nascida, residente na área de influência da ESEC Carijós | 37 | F | 21/08/2016 |
| Entrevistado 7 | Não nascida, residente na área de influência da ESEC Carijós | 47 | F | 13/09/2016 |
| Entrevistada 8 | Não nascida, residente na área de influência da ESEC Carijós | 43 | F | 30/08/2016 |
| Entrevistada 9 | Nascida, residente na área de influência da ESEC Carijós | 59 | F | 22/08/2016 |
| Entrevistado 10 | Nascido, residente na área de influência da ESEC Carijós | 42 | M | 24/08/2016 |
| Entrevistada 11 | Nascida, residente na área de influência da ESEC Carijós | 34 | F | 23/08/2-16 |
| Entrevistado 12 | Nascido, residente na área de influência da ESEC Carijós | 41 | M | 17/08/2016 |
| Entrevistado 13 | Não nascido, residente na área de influência da ESEC Carijós | 57 | M | 24/08/2016 |
| Entrevistado 14 | Nascido e residente na área de influência da ESEC Carijós | 42 | M | 30/08/2016 |
| Entrevistado 15 | Não nascida, residente na área de influência da ESEC Carijós | 30 | F | 31/08/2016 |
| Entrevistado 16 | Não nascido, residente na área de influência da ESEC Carijós | 52 | M | 25/08/2016 |
| Entrevistado 17 | Não nascida, residente na área de influência da ESEC Carijós | 39 | F | 26/08/2016 |
| Entrevistado 18 | Não nascido, residente na área de influência da ESEC Carijós | 59 | M | 26/08/2016 |
| Entrevistado 19 | Não nascido, residente na área de influência da ESEC Carijós | 31 | M | 26/08/2016 |

